

**ATA NÚMERO 90/XII/2ª SL**

**06.novembro.2012 – 15h00**

Aos 6 dias do mês de novembro de 2012, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na Sala 3, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

**2. Aprovação de atas**

**3. Comunicações do Presidente**

**4. Petição n.º 176/XII/2.ª da iniciativa de Maria Teresa Lima de Oliveira Freitas da Fonseca e outros - Pretende que a disciplina de psicologia seja lecionada por psicólogos - 15h00**

- **Audição dos peticionários**
- **Deputado(a) Relator(a): CDS-PP**

**5. Petição n.º 184/XII/2.ª da iniciativa do Conselho Nacional das Associações de Professores e Profissionais de Educação Física e da Sociedade Portuguesa de Educação Física - Em defesa da Educação Física - Não há Educação sem Educação Física - 16h00**

- **Audição dos peticionários**
- **Deputado Relator: Paulo Cavaleiro - PSD**

**6. Projeto de Lei n.º 305/XII/2ª- PCP - Garante a contratação por tempo indeterminado dos trabalhadores não docentes nas escolas públicas.**

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputada autora do parecer: Rosa Arezes - PSD**

**7. Projeto de Resolução n.º 487/XII/1.ª BE – Recomenda a urgente abertura dos concursos para financiamento ao cinema e audiovisual do ICA**

- **Discussão em Comissão**

**8. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Relatório de avaliação intercalar do Programa Erasmus Mundus II (2009-2013) COM (2012) 515**

- **Apreciação liminar**
- **Distribuição para pronúncia da Comissão**
- **Autor do parecer: PS**

**9. COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Reforçar e centrar a cooperação internacional no domínio da investigação e da inovação: Uma abordagem estratégica COM (2012) 497**

- **Apreciação liminar**
- **Distribuição para pronúncia da Comissão**
- **Autor do parecer: PSD**

**10. COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Promover os setores culturais e criativos ao serviço do crescimento e do emprego na UE [COM(2012)537].**

- **Apreciação liminar**
- **Distribuição para pronúncia da Comissão**
- **Autor do parecer: PCP**

**11. Petição n.º 198/XII/2.ª da iniciativa da FENPROF e outros, “Orçamento para a educação não suporta mais cortes”**

- **Apreciação da nota de admissibilidade**
- **Deputado (a) Relator (a): PSD**

**12. Exposição, na Assembleia da República, alusiva ao tema “Desporto/Autarquias/Economia”**

- **Discussão e votação**

**13. Projeto de Resolução n.º 494/XII/2.ª, Recomenda ao Governo orientação aos serviços na aplicação do artigo 32.º do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior**

- **Apreciação da redação final**

**14. Outros assuntos**

**15. Data da próxima reunião**

**Dia 07.novembro.2012**

**Dia 08.novembro.2012**

.....  
**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

**2. Aprovação de atas**

As atas das reuniões de 24 e 31 de outubro foram aprovadas por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

**3. Comunicações do Presidente**

- 3.1. O Sr. Presidente informou que foi alterada a data da audição do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, no âmbito do OE 2013, passando a mesma para o dia 13 de novembro, às 09h30.

O Sr. Presidente referiu-se ainda à audiência com a Audiogest, prevista para aquela data e hora, tendo sido deliberado não se realizar, visto terem sido já recebidos na 5.ª Comissão e dada a indisponibilidade de a Comissão os receber em tempo útil.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) fez um apelo no sentido de um maior debate sobre o agendamento dos trabalhos na Comissão, em especial no momento da discussão do Orçamento do Estado.

- 3.2. O Sr. Presidente informou que a audição dos diretores de Agrupamentos de Escolas integrados nos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) foi agendada para o dia 13 de novembro, às 15h00, na Sala do Senado. O prazo para inscrição termina no dia 9 de novembro, encontrando-se inscritas 12 pessoas. Foi ainda deliberado que os diretores das escolas podem fazer-se representar, no caso de não poderem estar presentes, ou podem fazer-se acompanhar de outros professores.
- 3.3. Foram distribuídos os relatórios das audiências concedidas às seguintes entidades: PROESPAÇO; vários artistas que participaram no evento Guimarães 2012 – Capital Europeia da Cultura (pelo GT Guimarães e Braga); Professora Vanda Félix e outros (Revogação pela lei do OE da Lei 77/2009, que criou um regime transitório de aposentação para professores do 1.º ciclo do ensino básico), Vasco Ferreira (Oferta educativa nas escolas e outras questões), não se tendo registado observações em relação aos mesmos.
- 3.4. O Sr. Presidente deu conhecimento de uma carta dirigida à Senhora Presidente da Assembleia da República, pela Sra. Deputada Maria José Castelo Branco, com pedido de conhecimento e pronúncia da CECC, relativa a uma exposição temática a realizar na AR, sobre a rede de Geoparques em colaboração com a UNESCO em Portugal, de 14 a 18 de janeiro de 2013, bem como a realização de um colóquio com vultos representativos de geoparques nacionais e internacionais. Os representantes da UNESCO em Portugal, encarregar-se-ão de toda a logística e a AR cria as condições para a montagem da exposição e colóquio, bem como a respetiva divulgação.

#### **4. Petição n.º 176/XII/2.ª da iniciativa de Maria Teresa Lima de Oliveira Freitas da Fonseca e outros - Pretende que a disciplina de psicologia seja lecionada por psicólogos - 15h00**

Estiveram presentes, em representação dos peticionários, Maria Teresa Lima de Oliveira Freitas da Fonseca, Corina Vaz Salvador e Sílvia Maria Silvestre Duarte, que expuseram os fundamentos que motivaram à apresentação da Petição e que, em suma, se enumeram:

- Aos psicólogos está vedado o ensino da disciplina de Psicologia no ensino secundário.
- A docência da disciplina de Psicologia não tem um grupo de recrutamento autónomo, incluindo-se no grupo 410, antigo 10.ºB, de Filosofia, sendo a habilitação para o mesmo a formação na área de Filosofia.
- O regime da habilitação profissional para a docência consta do [Decreto-Lei n.º 43/2007, de 22 de fevereiro](#), do [Decreto-Lei n.º 220/2009, de 8 de setembro](#) e da [Portaria 1189/2010, de 17 de novembro](#), prevendo esta como habilitação para a docência como professor de Psicologia, de Sociologia e de Antropologia o grau de mestre no Ensino destas áreas, podendo ingressar neste ciclo de estudos os possuidores de “150 créditos no conjunto das três áreas e nenhuma com menos de 40 créditos”.
- Não existe, em Portugal, nenhuma instituição de ensino superior que disponibilize esta formação.
- É fundamental um conhecimento científico, ao nível do 1.º ciclo, para lecionar a disciplina de Psicologia, o que é quase inexistente na formação em Filosofia.

Referiram-se ainda às várias diligências efetuadas pelo Sindicato, no sentido de ser concedida a habilitação para a docência aos detentores de licenciatura em Psicologia Pré-Bolonha ou de Mestrado Pós-Bolonha, de forma a repor uma situação que consideram de grande injustiça.

A Sra. Deputada Ana Oliveira (PSD) agradeceu a exposição e fez referência à audiência concedida, em setembro último, à Ordem dos Psicólogos, onde esta questão foi igualmente abordada.

O Sr. Deputado Jacinto Serrão (PS) considerou que a qualidade da Educação depende da qualidade dos profissionais, pelo que afirmou que as questões levantadas são muito pertinentes. Questionou ainda se a revogação da Portaria n.º 1189/2012 resolveria o problema ou se apontam outra solução.

A Sra. Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) fez alusão à necessidade de reconhecimento da habilitação pelo Ministério da Educação e Ciência e perguntou se alguma instituição de ensino superior dirigiu um pedido ao Ministério nesse sentido. Questionou ainda sobre a tendência das escolas, em termos de procura destes profissionais, e ainda se reclamam a criação de um grupo de recrutamento ou a integração num já existente.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) questionou os peticionários sobre a forma que propõem para resolver o problema a lembrou que a Assembleia da República não interfere na definição dos critérios para a habilitação para a docência, podendo apenas questionar o Governo sobre esta questão.

A Sra. Deputada Ana Drago (BE) considerou esta uma reivindicação justa e frisou a importância de se criarem mecanismos de profissionalização para a via de ensino. Perguntou ainda se conhecem as intenções do Ministério em relação a esta problemática.

As representantes dos peticionários consideram que a Psicologia não deve ser integrada num outro grupo de recrutamento, visto que as competências científicas e pedagógicas são diferentes. Referiram ainda que as Universidades de Coimbra e do Porto apresentaram, em tempos, uma proposta ao Ministério da Educação, mas sem que se conheça qualquer resultado.

Esclareceram também que existe uma procura crescente destes profissionais, por parte das escolas, num momento em que esta disciplina está a integrar os currículos dos cursos, incluindo os profissionalizantes.

Por último, reafirmaram que a Psicologia é a única disciplina do ensino secundário sem professor especializado na área.

A documentação da audição, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

**5. Petição n.º 184/XII/2.<sup>a</sup> da iniciativa do Conselho Nacional das Associações de Professores e Profissionais de Educação Física e da Sociedade Portuguesa de Educação Física - Em defesa da Educação Física - Não há Educação sem Educação Física - 16h00**

Os subscritores da Petição - João Lourenço, Nuno Fialho, Zélia Nunes (Conselho Nacional das Associações de Professores e Profissionais de Educação Física), Nuno Ferro, Luís Fernandes e Ana Quitério (Sociedade Portuguesa de Educação Física) apresentaram os fundamentos que estiveram na origem da Petição e que resultaram da publicação do Decreto-Lei n.º 139/2012. Os professores discordam da redução da carga horária da disciplina de Educação Física no ensino secundário, da integração desta disciplina, sem carga horária individualizada, no grupo

de Expressões e Tecnologias e ainda do facto de a avaliação desta disciplina ter deixado de contar para o cálculo da média final do ensino secundário.

Salientaram que há vários estudos que apontam para a importância da educação física a nível de saúde e bem-estar e em termos de disciplina e recomendações das instituições europeias no sentido do reforço da mesma, particularmente na idade escolar, para criar hábitos de exercício físico, estilos de vida ativa e promover o desenvolvimento dos jovens. Argumentam que em contrapartida, o Governo não justificou as medidas tomadas em relação a esta matéria, nem apresentou qualquer estudo que as fundamentasse.

Realçaram que atualmente o tempo útil de aula é diferente nos vários estabelecimentos e em muitos casos é inferior ao mínimo, entendendo que a autonomia conferida às escolas não deveria permitir que estas adotassem horários mais reduzidos. Informaram que neste ano letivo a maioria das escolas não reduziu a carga horária da disciplina de Educação Física, porque o diploma da reorganização curricular foi publicado em julho, mas optou por um tempo de aula de 50 minutos.

Em resumo, entendem que se verifica uma desvalorização da disciplina e uma diminuição do exercício físico e da atividade desportiva dos jovens, que terá efeitos muito negativos nos mesmos a curto e médio prazo.

Interveio, de seguida, o deputado Paulo Cavaleiro (PSD), referindo que a autonomia das escolas é um bom princípio e só no final do ano letivo poderá avaliar-se se houve diminuição ou não do tempo atribuído à disciplina de Educação Física.

O deputado Jacinto Serrão (PS) indicou que comunga das preocupações dos petionários, realçando a importância da componente física e desportiva e dos seus reflexos noutras áreas e afirmando que há redução da carga horária. Dada a integração na área de Expressões, questionou que parcela da carga horária global será atribuída a Educação Física e reiterou que estão a ser contrariadas recomendações internacionais.

O deputado Michael Seufert (CDS-PP) lembrou que as alterações curriculares foram antecedidas por uma audição pública promovida pelo Ministério e referiu que o reforço das disciplinas de Português e de Matemática teve de gerar diminuição de outras disciplinas, para o tempo letivo total não aumentar. Defendeu ainda que no 3.º ciclo, em que a Educação Física está incluída na área de Expressões, sem tempo individualizado, não pode haver ausência da disciplina.

Manifestou ainda concordância com o facto de a disciplina não contar para a nota de acesso ao ensino superior e mostrou abertura para aceitar que a nota contasse para a média final do ensino secundário.

O deputado Miguel Tiago (PCP) referiu que o PCP apresentou em Julho um Projeto de Resolução com recomendações ao Governo sobre esta disciplina, mas foi rejeitado. Mencionou ainda que a autonomia conferida às escolas não lhes permite optar por um projeto educativo, mas tão só por horários disponíveis. Por último, indicou que a nota da disciplina deve contabilizar-se para a média do aluno, enquanto elemento de avaliação global.

Os professores referiram depois que em relação ao ano letivo em curso, já têm informação de 600 escolas, que não mudaram as cargas horárias de Educação Física, mas outras alteraram-nas e diminuíram-nas. Lembraram que o Estado nos últimos anos investiu muito em equipamentos desportivos e em formação dos professores e agora se verifica uma desvalorização da Educação Física e da atividade desportiva. Reiteraram que a Ordem dos Médicos e as Confederações de Pais concordam com a importância da Educação Física.

Defenderam que uma coisa é a classificação para efeitos de acesso ao ensino superior e outra a nota para a avaliação do ensino secundário. Reiteraram que a decisão tomada originará uma população mais sedentária em poucos anos e referiram que se a nota da disciplina não contar para nenhuma das situações, se não tiver quaisquer consequências, os alunos deixarão de ter qualquer motivação para se empenharem na mesma, o que a desvalorizará. Referiram que o Conselho Nacional de Educação já no passado tinha apresentado propostas para uma forma diferente de cômputo da avaliação desta disciplina, entendendo que se deviam reponderar essas hipóteses.

Informaram que o projeto que foi posto em discussão pública em janeiro de 2012 só tratava do 1.º ciclo e o Decreto-Lei fez depois alterações noutros níveis. Referiram que não obstante tenham vindo a fazer várias diligências para falarem com o Ministro da Educação e Ciência, ainda não obtiveram resposta.

Por último, referiram que concordam com a autonomia das escolas, mas com critérios e respeitando um mínimo de carga horária, sob pena de se adotarem soluções muito diferentes nos vários estabelecimentos.

A documentação da audição, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

**6. Projeto de Lei n.º 305/XII/2ª- PCP - Garante a contratação por tempo indeterminado dos trabalhadores não docentes nas escolas públicas.**

O parecer foi apresentado pela autora, deputada Rosa Arezes (PSD), tendo sido aprovado por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência do BE e do PEV.

**7. Projeto de Resolução n.º 487/XII/1.ª BE – Recomenda a urgente abertura dos concursos para financiamento ao cinema e audiovisual do ICA**

A deputada Ana Drago (BE), no âmbito da discussão da iniciativa, referiu que a recomendação ao Governo no sentido da urgência na abertura dos concursos para o financiamento ao cinema e audiovisual do ICA tem sido debatida várias vezes na Comissão, incluindo em Projetos de Resolução recentes sobre matéria conexa, considerando que nada de novo há a acrescentar para efeitos de discussão deste Projeto de Resolução, pelo que prescinde desta, se os demais Grupos Parlamentares não objetarem.

Tendo havido consenso dos restantes deputados e não havendo objeções a que não se processasse propriamente a discussão da iniciativa, o Presidente da Comissão informou que se considera esta cumprida, para todos os efeitos regimentais, sendo a Informação correspondente remetida a Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República, para agendamento da votação do [Projeto de Resolução n.º 487/XII/2ª \(GP/BE\)](#) na sessão plenária,

**8. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Relatório de avaliação intercalar do Programa Erasmus Mundus II (2009-2013) [COM(2012)515].**

A Comissão deliberou proceder ao escrutínio desta iniciativa europeia, sendo relator da mesma o deputado Pedro Delgado Alves (PS), que apresentará o respetivo parecer na reunião de 20 de novembro.

**9. COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Reforçar e**

centrar a cooperação internacional no domínio da investigação e da inovação: Uma abordagem estratégica [COM(2012)497].

A Comissão deliberou não efetuar escrutínio desta iniciativa.

**10. COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES** - Promover os setores culturais e criativos ao serviço do crescimento e do emprego na UE [COM(2012)537].

A Comissão deliberou não efetuar escrutínio desta iniciativa.

**11. Petição n.º 198/XII/2.ª da iniciativa da FENPROF e outros**, “Orçamento para a educação não suporta mais cortes”

A Comissão deliberou admitir a petição, sendo relator da mesma o deputado Amadeu Albergaria, do PSD. O Presidente lembrou que tratando-se de matéria relacionada com o OE, a audição dos peticionários teria lugar na reunião do dia 7 de novembro.

**12. Exposição, na Assembleia da República, alusiva ao tema “Desporto / Autarquias / Economia”**

O deputado Miguel Tiago (PCP) informou que se ia abster na votação da proposta de exposição, entendendo que está em causa uma atividade empresarial seletiva e a Assembleia da República não deve valorizar determinadas atividades económicas. O Presidente da Comissão referiu que está em causa uma atividade económica sem exclusividade de estaleiros e com participação das autarquias, realçando que no futuro poderão equacionar-se outras atividades, nomeadamente no âmbito do desporto para todos, jogos tradicionais, etc.

A proposta foi aprovada, com os votos a favor dos deputados presentes do PSD, PS e CDS-PP e a abstenção do PCP, registando-se a ausência do BE e do PEV.

**13. Projeto de Resolução 494/XII/2.ª, Recomenda ao Governo orientação aos serviços na aplicação do artigo 32.º do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior**

Foi aprovada a redação final do Projeto de Resolução.

**14. Outros assuntos**

Não se registaram outros assuntos.

**15. Data da próxima reunião**

**Dia 07.novembro.2012**

**Dia 08.novembro.2012**

A reunião foi encerrada às 17:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 6 de novembro 2012



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

---

**O PRESIDENTE**

**(José Ribeiro e Castro)**

Ata aprovada na reunião da Comissão de 28 de novembro de 2012.



### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto  
Amadeu Soares Albergaria  
Ana Drago  
Ana Sofia Bettencourt  
Duarte Marques  
Isilda Aguincha  
José Ribeiro e Castro  
Margarida Almeida  
Maria José Castelo Branco  
Michael Seufert  
Miguel Tiago  
Nilza de Sena  
Odete João  
Paulo Cavaleiro  
Pedro Delgado Alves  
Pedro Pimpão  
Rui Jorge Santos  
Ana Oliveira  
Isabel Galriça Neto  
Jacinto Serrão  
João Prata  
Laurentino Dias  
Maria João Ávila  
Nuno Encarnação  
Rosa Arezes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Enes  
Inês de Medeiros  
Rui Pedro Duarte

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Emídio Guerreiro  
Heloísa Apolónia  
Maria Conceição Pereira